

Arquivo de cemitério: fonte viva de informação

Fabíola Maria Pereira Bezerra (UFC) - fabbezerra@yahoo.com.br

José Fernando Pereira Bezerra (UVA) - jf-bezerra@uol.com.br

Resumo:

O trabalho aborda os arquivos de cemitérios e sua importância como fonte de validação histórica. Apresenta os diferentes tipos de documentos utilizados como certificação de identificação civil e destaca a Declaração de Óbito como documento de encerramento da vida do cidadão. Destaca a relevância do registro de óbitos como indicadores de políticas públicas de saúde, bem como seu uso em diferentes aplicações de pesquisa histórica.

Palavras-chave: *Arquivos de cemitério; Resgate histórico; Registro de Óbito; Indicadores em saúde.*

Área temática: *Temática II: Transcompetências: diferenciais dos usuários e do profissional da informação*

Arquivo de cemitério: fonte viva de informação

Resumo: O trabalho aborda os arquivos de cemitérios e sua importância como fonte de validação histórica. Apresenta os diferentes tipos de documentos utilizados como certificação de identificação civil e destaca a Declaração de Óbito como documento de encerramento da vida do cidadão. Destaca a relevância do registro de óbitos como indicadores de políticas públicas de saúde, bem como seu uso em diferentes aplicações de pesquisa histórica.

Palavras-chave: Arquivos de cemitério; Resgate histórico; Registro de Óbito; Indicadores em saúde.

Área Temática II: Transcompetências: diferenciais dos usuários e do profissional da informação.

1 INTRODUÇÃO

A motivação do estudo em pauta nasceu de forma voluntária, resultado de uma conversa informal entre bibliotecário e pesquisador. Podemos classificar como uma ação típica de serendipidade, agregando oportunidade para uma ideia interessante de estudo.

O dicionário PRIBERAM da língua portuguesa define serendipidade como “aptidão para descobrir coisas agradáveis por acaso; coisa descoberta por acaso”. Para aplicação nesse trabalho, a definição, mas adequada é a de Ian Leslie *apud* Neves (2012) quando o mesmo associa o termo ao conceito de sorte; acaso; assim como a perspicácia. Acrescido à perspicácia, a autora associa a informação e o conhecimento. Dessa forma, a junção do acaso; da informação/conhecimento mais a perspicácia resultam a serendipidade.

O foco da pesquisa original tratava de um resgate histórico de um período específico ocorrido na cidade de Fortaleza. Ao confrontar as informações em diferentes fontes primárias, o pesquisador identificou divergências relativas ao número de mortes ocorridas por ocasião da revolta que centrava sua pesquisa. Motivado pela curiosidade de elucidar as discordâncias entre os autores, socorreu ao arquivo do Cemitério São João Batista, em Fortaleza.

Arquivos de cemitérios são fontes riquíssimas de informações que remetem

ao resgate da memória de uma cidade sobre diferentes perspectivas, é possível compreender a composição socioeconômica e cultural de uma região, a partir do registro dos seus mortos, constituindo-se ótima fonte de pesquisa histórica.

2 DOCUMENTOS E CERTIDÕES

Ao longo da vida todo cidadão é identificado por diferentes documentos. Sua história é documentada e sacramentada em forma de certidões; passaporte; declarações; registros; cadastros; diplomas; recibos; autenticações; procurações; contratos; dentre outros.

O primeiro registro de vida dar-se pelo resultado do exame de gravidez, e ao longo da evolução da gestação é registrado em forma de exames e ultrassonografias. Na maternidade, recebe a identificação de filiação, por meio de uma pulseira escrita numa fita de esparadrapo, ou outro tipo de material, afixado no braço do bebê. Ao sair da maternidade o bebê recebe sua primeira declaração: “Declaração de Nascido Vivo” (DNV), documento emitido pelo hospital que confirma seu nascimento, e é mediante esse documento, que a criança recebe sua primeira certidão: a CERTIDÃO DE NASCIMENTO.

Ao ser registrado em cartório, fica oficializado juridicamente o nome, filiação, data de nascimento, hora e local do nascimento, sexo, parentesco em segundo grau (avós), se é gêmeos ou não, em alguns modelos, inserem também a cor da pele. Esse documento será utilizado ao longo da vida para identificação; ao casar é substituído pela CERTIDÃO DE CASAMENTO.

O Provimento nº2/2009, do Conselho Nacional de Justiça, datado de 27 de abril de 2009, estabelece que o Governo Federal, adotará um modelo unificado de Certidão de Nascimento, onde além dos dados tradicionais, inseriu o número de Declaração de Nascido Vivo (DNV). O novo modelo foi implementado em janeiro de 2010. A unificação de um modelo único a nível nacional foi motivado por questões de segurança, para evitar falsificações, uma vez que cada cartório adotava seu próprio modelo. A inclusão do DNV nas certidões facilita um mapeamento pelo Governo das crianças que não foram registradas, à medida que todo DNV gerado deverá posteriormente se traduzir em um registro de nascimento.

A CARTEIRA DE IDENTIDADE substitui a certidão de nascimento como

forma de identificação civil. Aos 16 anos poderá opcionalmente receber um outro documento de identificação: o TÍTULO DE ELEITOR, que passará a ser obrigatório aos 18 anos.

A partir dos 18 anos, por opção, poderá tirar CARTEIRA DE MOTORISTA, que é reconhecida em território nacional como identificação civil. No rol de documentos oficiais e obrigatórios podemos citar ainda a CERTIDÃO DE PESSOA FÍSICA. Finalmente, a CERTIDÃO DE ÓBITOS comprova o encerramento da vida de um cidadão. O Provimento nº2/2009, citado anteriormente também unificou um modelo único de Certidão de Casamento e Certidão de Óbitos.

O Ministério da Saúde desde 1976 implantou um modelo único de Declaração de Óbito – DO para ser utilizado em todo território nacional, esse documento será ferramenta base para alimentar o Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O DO é considerado documento padrão para coleta de informações sobre mortalidade, apoiando dessa forma as estatísticas vitais e epidemiológicas do Brasil. Uma outra característica desse documento, é o caráter jurídico que possui, a medida que funciona como documento hábil para lavratura pelos Cartórios de Registro Civil, da Certidão de Óbito, exigido como obrigatório para as formalidades legais do sepultamento (BRASIL, 2003).

Dias (2010) confirma a importância da certidão de óbitos para o ordenamento jurídico.

A Certidão de Óbito tem por finalidade a comprovação do óbito para várias finalidades. O encerramento da vida do cidadão acarreta o encerramento também de contas bancárias, registro no órgão em que trabalha, além de ser no caso de um servidor público por exemplo, um fato administrativo que gera o direito de seu cônjuge e/ou dependente passarem a fazer jus a uma pensão por morte, e receberem de seguradoras uma indenização. O documento também pode ser usado em processos cíveis e penais, para extinguir a punibilidade da pessoa falecida caso essa esteja no polo de réu, e conseqüentemente encerrar processo.

2.1 Certidão de óbito

Em 1950, a Organização Mundial da Saúde – OMS, definiu MORTE como a “cessação dos sinais vitais em um momento qualquer depois do nascimento com vida, sem possibilidade de ressuscitação”. Esse conceito não se aplica a morte cerebral, uma vez que a discussão a esse respeito só surgiu tempos depois (JORGE *et al*, 2010, p. 563).

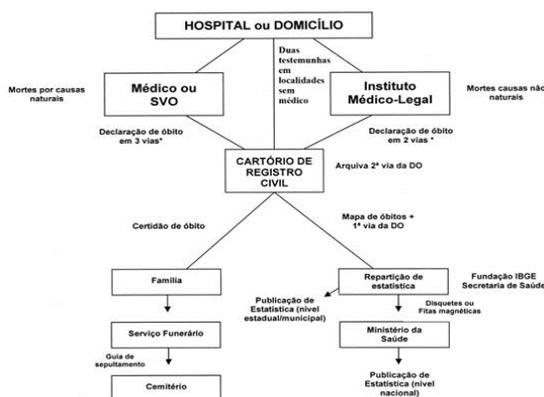
No Brasil, a legislação prevê o registro obrigatório do óbito, “exigindo que o fato se documente como atestado assinado pelo médico ou com a declaração de duas testemunhas que tenham presenciado ou verificado a morte” conforme esclarece Souza (2009, p. 42). A importância do registro oficial das mortes é necessário para além do cumprimento jurídico e legal, mas como uma questão de saúde pública, a medida que possibilita aprimorar as informações de mortalidade.

Com a unificação no Brasil, de um modelo único e oficial de registro de morte, deu-se a Declaração de Óbito - DO, embora também seja conhecida pelo termo sinônimo: Atestado de Óbito.

Sua emissão e distribuição para os estados são de competência exclusiva do Ministério da Saúde. A distribuição para os municípios fica a cargo das Secretarias Estaduais de Saúde. Às Secretarias Municipais de Saúde cabe o controle na distribuição das D.O entre os estabelecimentos de saúde, Institutos de Medicina Legal, Serviços de Verificação de Óbitos, Cartórios do Registro Civil, profissionais médicos e outras instituições que dela façam uso legal e permitido. Compete às Secretarias de Saúde (Estado e Municípios) o recolhimento das primeiras vias da Declaração de Óbito, junto aos Estabelecimentos de Saúde e aos cartórios. (<http://svs.aids.gov.br/cgiae/sim/>)

Isto posto, a DO atesta e declara o óbito, e a Certidão de Óbito se refere ao documento jurídico fornecido pelo Registro Civil após o registro do óbito. A DO é emitida em três vias, a primeira delas vai para a Repartição Estatística, onde muitos dados são codificados e armazenados, constituindo-se a base de dados do SIM. A segunda via é arquivada no Cartório de Registro Civil e posteriormente substituída pela Certidão de Óbito, e finalmente a terceira via permanece na unidade notificadora do óbito. O fluxo de informações para óbitos é ilustrado na Figura 1 abaixo.

Figura 1 – Fluxo de Informações de Óbitos



Fonte: Souza (2009, p. 49)

3 SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE – SIM

Em 1975, o Ministério da Saúde, desenvolveu o Sistema de Informação Sobre Mortalidade – SIM, sendo também o responsável pela consolidação de dados a nível nacional e pela sua divulgação por meio do site www.datasus.gov.br.

O Sistema é resultado da junção de todos os modelos existentes de sistemas estaduais de coleta de dados sobre mortalidade. O modelo de formulário foi padronizado assim como o fluxo da informação. O SIM oferece variáveis que possibilitam a partir do atestado médico que identificou a causa morte, construir indicadores e processar análises epidemiológicas colaborando para a eficiência da gestão em saúde no Brasil. Nesse sentido Façanha *et al* (2003, p. 132) corrobora ao afirmar:

Conhecer o número de óbitos é essencial para o cálculo dos principais indicadores de saúde de uma região. Sua distribuição por sexo, faixa etária e local de residência são importantes para avaliações como as mortalidades infantis e materna, que são importantes indicadores sociais e de saúde de uma população.

Com a criação do SIM, foi implantado um modelo de formulário padrão, denominado de “Declaração de Óbito” (DO). A responsabilidade pela emissão da DO, é do médico, conforme estar previsto no artigo 115 do Código de Ética Médica, e do Artigo 1º da Resolução nº 1779/2005 do Conselho Federal de Medicina e a Portaria SVS nº 116/2009. Conforme esclarece Jorge *et al* (2010, p. 564) que o médico ao preencher a DO com “erros, imprecisões e omissões”, pode “conduzi-lo às penalidades previstas no Código Penal e na legislação dos Conselho de Medicina”. Uma vez que a DO é considerado uma obrigação legal, “não estar sujeito às determinações éticas quanto ao sigilo profissional (JORGE *et al* 2010, p. 564).

As Secretarias Estaduais de Saúde são responsáveis pela coleta das DO, emitidas por hospitais e cartórios, após a coleta, são codificadas e transcritas para um sistema informatizado. Jorge *et al* (2010, p. 564) lembra que “a codificação e seleção das causas de morte obedece ao disposto internacionalmente pela Organização Mundial da Saúde, por meio da Classificação Internacional de Doenças”.

Qualquer sistema de informação, de fato só poderá cumprir os objetivos pelo qual foi criado, se o processo de armazenamento de dados atender as requisitos de especificações previamente definidas. Como foi dito anteriormente, o SIM é

alimentado com as informações coletadas por meio do DO, ocorre que alguns campos do formulário do DO não são preenchidos, ou apresentam omissão parcial de dados, acarretando dessa forma alteração em alguma variável (JORGE *et al* (2010, p.568). Sobre a inadequação no armazenamento de dados, Souza (2009, p. 42) atribui aos médicos essa responsabilidade:

Entretanto, existe por parte de muitos destes profissionais falta de familiaridade com este documento e um relativo desconhecimento do que representam os dados coletados a partir da DO, na identificação do perfil epidemiológico de uma população e na proposição de políticas públicas de saúde. Essa falta de familiaridade se deve não só a baixa frequência com que muitos deles preenchem este documento, mas também à falta de treinamentos específicos para este fim. Em consequência disso, erros no preenchimento da DO, especialmente no bloco VI, referente às causas de morte, ainda são muito comuns.

4 ARQUIVOS DE CEMITÉRIO

A escassez de literatura que aborda o tema levou-nos a recorrermos a consulta no Google, porém, a baixa qualidade de semântica nos termos indexados nas milhões de páginas na internet, apresentou resultado insatisfatório para o termo de pesquisa adotado.

A opção de uso de aspas entre os termos de busca “arquivo de cemitério” como refinamento de pesquisa, recuperou 35 resultados. Desta busca, nenhuma delas abordava de fato o assunto pesquisado, somente uma fonte descreveu sobre certidão de óbito.

Por curiosidade refizemos a busca usando o termo em inglês “File cemetery”, o resultado nos levou a descobertas interessantes, como por exemplo um banco de dados para resgate online da memória de cemitérios norte-americanos. Onde é possível localizar endereços de cemitérios; localização de sepulturas; registros de enterros; recuperar registros de mortos por vínculo familiar; mediante uma ferramenta de busca, conforme ilustrado na Figura 2.

Posteriormente, observamos que as fontes de pesquisa disponíveis, não abordam o assunto nessa perspectiva, ressaltam a importância dos documentos que oficializam as informações de mortalidade sob a óptica da saúde pública. Desta forma, nos ocorreu mudar os termos de busca: “mortalidade”; “Indicadores de saúde”; “atestado de óbito”.

Figura 2 – Ferramenta de busca



The image shows a screenshot of the 'Find A Grave Search Form'. On the left is a sidebar with the 'FIND A GRAVE' logo and a list of 'Actions' including 'Begin New Search', 'Refine Last Search', 'Cemetery Lookup', 'Add Burial Records', 'Help with Find A Grave', 'Top Contributors', 'Success Stories', 'Discussion Forums', 'Find A Grave Store', 'Support Find A Grave', and 'Log In'. The main form area is titled 'Find A Grave Search Form' and contains the following fields: 'Name' with sub-fields for 'First', 'Middle', and 'Last (required)'; checkboxes for 'Include maiden name(s) in my search' and 'Do partial name search on surname'; 'Born' and 'Died' fields with dropdown menus for month and year; 'Cemetery in' with dropdowns for '- Country List -' and '- US State List -'; 'Memorial #' with a text input; 'Date filter' with a dropdown set to 'All Names'; and 'Order by' with a dropdown set to 'Name'. A 'Search' button is located at the bottom of the form.

Fonte: <http://www.findagrave.com/cgi-bin/fg.cgi?page=gs&>

Lançando um novo olhar sobre o assunto, já agora na perspectiva de patrimônio cultural, localizamos literatura que aborda novas questões, dando ênfase à preservação do patrimônio funerário. Conforme citam Carrasco e Nappi (2009, p. 49).

Os cemitérios, como patrimônio cultural, carregam valores que estão diretamente ligados aos bens materiais e aos bens imateriais. Três importantes valores patrimoniais podem estar relacionados aos bens materiais. São aqueles de caráter ambiental/urbano, de caráter artístico e de caráter histórico.

Finalmente, encontramos indicações de ações isoladas que tratam o tema no enfoque mais próximo do interesse do nosso estudo, porém, como notícias de projetos de conservação e restauro dos livros do cemitério, voltados para higienização; restauro, reencadernação, acondicionamento e digitalização. O arquivo de cemitério propriamente dito, como instituição, nesse sentido não encontramos indicações na literatura.

Equivocadamente, encontramos a expressão “arquivo morto”, para todo conjunto de documentos que estão fora de uso. No sentido de guarda, conservação e preservação de documentos e informação, todo arquivo é vivo! Fazendo uma analogia com arquivo de cemitério, estes sim, poderiam receber a expressão “arquivo morto”.

5 CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA

Anteriormente a existência de cemitérios em Fortaleza, até o ano de 1828, os ricos eram inumados nas paredes das igrejas, o restante da população eram enterrados nos arredores das igrejas. Método posteriormente condenado pelos médicos por uma questão de saúde pública, uma vez que a “decomposição de cadáveres produzia gases que poluíam o ar, contaminavam os vivos causando doenças e epidemias” segundo afirmam Lima e Martins (2008, p.2) numa citação de Batista (2002, p.16).

Além do argumento dos médicos, a própria sociedade fortalezense exigiu que os mortos fossem separados dos vivos. Dessa forma, em 1844, o Cemitério do Cruatá foi utilizado para sepultamento dos mortos da capital cearense, e posteriormente o Cemitério São Camilo. Em 1860 acontece a privatização do Cemitério São Camilo pela igreja católica, passando “a receber exclusivamente corpos de católicos” conforme esclarece Tomaz (2007). Um outro argumento de justificativa apresentado para o abandono do Cemitério São Camilo, foi o de Batista (2002) : “A velha necrópole foi abandonada também em virtude do grande número de vítimas da cólera ali enterrados, representando um risco de contaminação para os habitantes locais”.

Dessa forma, em 1862 foi fundado o Cemitério São João Batista, considerado o mais antigo de Fortaleza, e a partir dessa data segundo afirma Tomaz (2007) “começa a receber corpos pertencentes a parentes das famílias ricas da capital”. Somente em 5 de abril de 1866, o cemitério São João Batista é inaugurado oficialmente.

Assim nascia o Cemitério São João Batista. Ao longo de sua história, o cemitério recebeu figuras ilustres da cultura cearense e nacional. A cultura está presente no local e ao se caminhar entre os túmulos é possível adquirir conhecimento sobre os valores e costumes da sociedade cearense da época (LIMA e MARTINS, 2008).

De acordo com Batista (2002) a localização do Cemitério São João Batista era bastante favorável para a realidade local:

De acordo com as autoridades sanitárias, o novo campo santo tinha duas grandes qualidades: era distante da cidade e situava-se a oeste dela (no arrabalde de Jacarecanga), impedindo que os ventos soprassem o ar contaminado dos cadáveres em direção ao núcleo urbano.

Ainda sobre a inauguração do cemitério, encontramos divergências quanto a sua data de criação, no *site* da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza (<http://www.santacasace.org.br/index.php/instituicao/cemiterio-sao-joao-batista>), administradora do cemitério, consta a seguinte informação: “Fundado em 1872, o mais antigo cemitério de Fortaleza localiza-se na rua Padre Mororó, no bairro “Jacarecanga, próximo à Catedral Metropolitana de Fortaleza”. Porém, consta no arquivo do cemitério, o livro número 1 de registros de sepultamento, onde armazenados dados de sepultamentos no período que compreende 01/41861 à 31/9/1867.

Em visita *in loco* ao cemitério São João Batista, por ocasião que desenvolvemos a pesquisa desse trabalho, e por meio de conversa informal com o Administrador nos foi explicado que não existe um número exato de mortos, porém, que o cemitério possui 25 mil jazidos. Há dez anos a administração vem mapeando o cemitério, identificando e nominando todas as ruas e identificando todos os jazidos e túmulos. Essa identificação é importante a medida que facilita a localização dos jazidos, tanto para a administração como para quem lá visita seus mortos

A divisão física do cemitério assemelha-se a estrutura de uma cidade, onde está dividido em quadras e ruas. O espaço físico ocupado pelo Cemitério São João Batista compreende 92.000 m², equivalente a nove quarteirões. Está dividido em 3 planos: a avenida central e os planos Sul e Norte. Para manutenção do cemitério, contam com 55 funcionários, divididos nas funções de administração; segurança e limpeza.

5.1 Arquivo do Cemitério São João Batista

A documentação histórica de registro de sepultamento está armazenada numa pequena sala que tem a função de arquivo. Em estantes de aço de uma face, estão ordenados os livros de registros, tipo tombo. Os livros são numerados na lombada de forma sequencial, no seu interior, seguem uma numeração crescente, e armazenam informações de sepultamentos, que cobre mais de um ano, observamos que muitos deles variam entre três e quadro anos.

Os livros possuem informações que identificam o falecido por nome; sexo; idade; filiação; profissão; nacionalidade; naturalidade; estado civil; local de falecimento e diagnóstico. Por falta de um acondicionamento apropriado, estão embalados individualmente em sacos plásticos. Conforme ilustrado na Figura 3.

A partir de 1983, estes livros tombos foram substituídos por folhas soltas, arquivadas em pastas do tipo A/Z, recebendo indicação na lombada, seguindo o mesmo modelo dos livros tombos.

Figura 3 – Livros de registros de sepultamentos – Cemitério São João Batista



Fonte: Fotografado pelos autores do trabalho

Desde 2003, os serviços administrativos e de controle de sepultamento do Cemitério foram automatizados, por um Sistema de Gerenciamento de Cemitérios - SGC, da empresa NPINFO – NP Informática, que além do São João Batista, presta serviços para outros cemitérios locais, é um “Programa para cadastro, consulta e impressão das informações gerenciais de um cemitério” conforme esclarece o site da empresa.

O SGC fornece diferentes formas de consulta de óbitos, como por exemplo: gerar relatório agrupando “nome de inumado por jazidos”, ou mesmo o “guia de controle de óbito”, assim como “relatório de resumo de sepultamento”, esses dois relatórios citados, são enviados mensalmente para a Secretaria Estadual de Saúde para compor o SIM.

Segundo informações coletadas junto à administração do Cemitério, não existe projeto ou verba da Santa Casa de Misericórdia, destinadas para que seja feito o armazenamento retrospectivo dentro do SGC.

No cenário atual, onde a informação é vista como o capital mais importante das instituições, torna-se imperativo pensar no uso eficaz das Tecnologias da Informação como ferramenta de gestão estratégica, viabilizando a vantagem competitiva sustentável. Acreditamos que no caso do Cemitério São João Batista, o que falta efetivamente é o uso mais eficiente do sistema de automação hoje existente.

6 ARQUIVO DE CEMITÉRIO COMO FONTE DE VALIDAÇÃO HISTÓRICA

Em seu livro “O Nascimento da Moderna Historiografia” Georges Lefebvre propõe a ampliação do **arquivo do historiador**. Segundo ele, a história tem que ser feita com todos os documentos, onde houver vestígios da passagem do homem. Não cabe ao historiador aceitar o vácuo na informação, deve procurar preenchê-las. Sendo assim, usará diferentes suportes de documentos, além dos tradicionais encontrados em arquivos, assim como por exemplo: um poema; um quadro; um drama; estatística; materiais arqueológicos. Diz o autor que “o historiador tem como tarefa vencer o esquecimento, preencher os silêncios, recuperar as palavras, a expressão vencida pelo tempo”. Portanto, cabe ao historiador fazer a abordagem de todas informações (fontes) possíveis, procurando o método apropriado para resgatá-las.

Seguindo essa tendência metodológica, acreditamos que, **o arquivo de cemitério** é uma excelente fonte de informação, a medida que registra o momento, identifica e diagnostica o homem no seu último momento de vida. Sendo, portanto, um forte indicador de evidências e conhecimento do passado, onde a compreensão deste pode ser questionada, modificada e validada por novas informações.

A partir desse novo olhar, o arquivo de cemitério é inserido como importante ferramenta de validação histórica a medida que faculta ao historiador constatar dados e comprovar hipóteses.

Podemos ilustrar a aplicabilidade e uso eficiente dos dados coletados em arquivos de cemitérios, ou a falta deles, por meio de exemplos de situações verídicas onde o pesquisador/historiador poderá utilizar essas fontes.

A primeira delas, quando o autor ao descrever um acontecimento histórico, identifica uma lacuna de dados que comprove sua narração. Conforme descreve Nicolau Sevenko em seu livro “A Revolta da Vacina”:

Nunca se contaram os mortos da Revolta da Vacina.(grifo nosso) Nem seria possível, pois muitos, como veremos, foram morrer bem longe do palco dos acontecimentos. Seriam inúmeros, centenas, milhares, mas **é impossível avaliar quantos**(grifo nosso). A autoridade policial, como seria de esperar, apresentou números sóbrios e precisos, na tentativa de reduziram autêntica rebelião social à caricatura de uma baderna urbana: fútil, atabalhoada, inconsequente (SEVENKO, 2010, p.119).

No segundo exemplo, o historiador no encaminhamento da citação do objeto pesquisado, deixa os leitores a imaginar o quantitativo de mortos, trazendo uma visão trágica dos fatos. Ilustramos com uma citação do artigo publicado no *Jornal o Povo*, do professor e historiador Sebastião Ponte.

A data de hoje assinala 100 anos da queda da oligarquia Nogueira Accioly, depois de 16 anos encastelado no governo do Ceará (1896 – 1912). No dia 24 de Janeiro, a população de Fortaleza, impossibilitada de derrotar o oligarca pela via eleitoral em razão do controle fraudulento das eleições pela oligarquia, conseguiu depô-lo através das armas. Foram três dias de luta pela cidade, com tiroteios, trincheiras, barricadas, praças depredadas, bondes virados, fábricas incendiadas e **centenas de mortos** (grifo nosso) (PONTE, 2012).

Nesse mesmo sentido, usamos uma citação de Rodolfo Teófilo (1853-1932), escritor e sanitarista cearense, utilizada por Lira Neto, em seu livro “O poder da peste: a vida de Rodolfo Teófilo”:

O final da tarde, **os registros oficiais** indicavam que o cemitério recebera, só naquele dia, nada menos de **1.004 cadáveres** (grifo nosso). Nunca se tinha visto em tempo algum, morrer tanta gente junta. Talvez Deus tivesse fechado de vez os olhos para aquela gente. Ou então era o dia do Juízo Final. O Dia dos Mil Mortos (LIRA NETO, 1999, p. 98).

CONCLUSÕES

Voltando ao motivo que gerou esse estudo, citado anteriormente na Introdução, e a utilização dos arquivos de cemitério como ferramenta de validação histórica. Em visita *in loco* ao arquivo do Cemitério São João Batista, constatamos no livro tomo de nº18 de “registros de sepultamentos”, que entre os dias 21 a 24 de janeiro de 1912, período que ocorreu a manifestação popular em Fortaleza, contra o Governo de Nogueira Accioly, o registro de apenas quatro mortos por ferimento de bala, sendo duas delas de crianças.

Nesse sentido, a consulta ao arquivo do cemitério possibilitou compreender a extensão real de vítimas ocorridas por ocasião da revolta em Fortaleza, e levou uma reflexão da importância inquestionável dos dados armazenados nas páginas dos livros tomo dos cemitérios, como fonte comprobatória de *regaste* histórico.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. **Assim na Morte como na Vida: Arte e Sociedade no Cemitério São João Batista (1866-1915)**. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura e Desporto, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Declaração de Óbito: Documento necessário e importante. 3.ed. Brasília-DF 2003.
- CARRASCO, Gessonia Leite de Andrade; NAPPI, Sérgio Castello Branco. Cemitérios como fonte de pesquisa, de educação patrimonial e de turismo. **Museologia e Patrimônio**, v.2, n.2, p. 46-60, jul/dez, 2009. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/60/73> Acesso em: 10 abr. 2013.
- DIAS SOBRINHO, Israel. Cemitério (Blog)
<http://arquivosdecemiterio.blogspot.com.br/2011/02/analise-diplomatica-e-tipologica.html>
- FAÇANHA, Mônica Cardoso; PINHEIRO, Alicemaria Ciarlini; FAUTH, Simony *et al.* Busca ativa de óbitos em cemitérios da Região Metropolitana de Fortaleza, 1999 a 2000. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v.12, n.2, p. 131-136, 2003. Disponível em: <http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/pc/portal/ess/v12n3/pdf/v12n3a03.pdf> Acesso em 07 abr. 2013.
- JORGE, Maria Helena P. de Mello; LAURENTI, Ruy; NUBILA, Heloisa Brunow Ventura Di. O óbito e sua investigação. Reflexões sobre alguns aspectos relevantes. **Rev Bras Epidemiol**, v.13, n.4, p. 561-576, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v13n4/02.pdf> Acesso em 07 abr. 2013.
- LEFEBVRE, Georges. **O Nascimento da Moderna Historiografia**, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1981.
- LIRA NETO. **O poder e a Peste: a vida de Rodolfo Teófilo**. Fortaleza: Ed. Fundação Demócrito Rocha, 1999.
- NEVES, Ana. **Serendipidade, inovação e gestão de conhecimento (parte1). 2012**. Disponível em: <http://igovsp.net/sp/serendipidade-inovacao-e-gestao-de-conhecimento-parte-1/> Acesso em: 01 dez. 2012
- PONTE, Sebastião. Há 100 anos, a queda da oligarquia Accioly. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 24 jan. 2012. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2012/01/24/noticiasjornalopiniao,2772620/ha-100-anos-a-queda-da-oligarquia-accioly.shtml> Acesso em 10 mar. 2013.
- SEVENKO, Nicolau,. **A Revolta da Vacina**. São Paulo: CosacNaify, 2010.

XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação –
Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013

SOUZA, Deborah Coluci Cavalcante de. A importância do atestado de óbito. **Revista de Reumatologia**, n.2, p. 42-56, out.2009. Disponível em:
http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?fase=r003&id_materia=4160 Acesso em
07 abr. 2013.